

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio.....	3
1. Precedentes no CPC/15.....	13
1.1. Premissas conceituais.....	13
1.1.1. O que é um precedente.....	13
1.1.2. Separação entre texto e norma e a extensão da atividade do intérprete na aplicação do Direito.....	22
1.1.3. Papel dos tribunais superiores no sistema jurídico brasileiro.....	28
1.2. Vinculação formal de precedentes no CPC/15.....	35
1.2.1. Vinculação e persuasão.....	35
1.2.2. O dever de enfrentar o precedente.....	39
1.2.3. Os fundamentos determinantes do precedente.....	47
1.3. Alcance das hipóteses específicas dos incisos do art. 927 (interpretação conjunta do art. 927 e art. 489, §1º, V e VI, do CPC/15).....	59
1.3.1. Decisões do STF em controle concentrado de constitucionalidade.....	60
1.3.2. Enunciados de súmula vinculante.....	81
1.3.3. Acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos.....	86

1.3.4. Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	91
1.3.5. Orientação do plenário ou do órgão especial dos tribunais aos quais os julgadores estiverem vinculados	94
2. Utilização e influência dos precedentes no processo	99
2.1. Paralelo entre coisa julgada e precedentes.....	99
2.2. Aplicação de precedentes e a formulação de distinções.....	104
2.3. Falta de fundamentação e distorções no campo de influência do precedente.....	111
2.3.1. Aplicar precedente ignorando potencial distinção que motivaria solução jurídica diversa.....	112
2.3.2. Ignorar precedente aplicável sem a respectiva fundamentação de distinção.....	114
2.3.3. Conclusões parciais	116
2.4. A superação do precedente	116
2.5. Influência dos precedentes no curso do processo (catalisador positivo ou negativo)	131
2.5.1. Improcedência liminar do pedido (art. 332, CPC/15).....	133
2.5.2. Concessão de tutela de evidência (art. 311, II, do CPC/15)	137
2.5.3. Dispensa de remessa necessária (art. 496, §4º, CPC/15)	141
2.5.4. Julgamento monocrático nos tribunais (art. 932, IV e V, CPC/15)	143
2.5.5. Dispensa de caução em execução provisória (art. 521, IV, CPC/15)	146

2.5.6. Admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários (art. 1.030, CPC/15)	147
2.5.7. Presunção de existência de repercussão geral (art. 1.035, §3º, CPC/15)	152
3. Meios de impugnação específicos para aplicação e controle de precedentes no CPC/15.....	157
3.1. Vinculação formal e meios de impugnação.....	157
3.2. reclamação constitucional.....	163
3.2.1. A reclamação conforme o CPC/15	163
3.2.2. Violação ao regime constitucional de distribuição de competências originárias do STF e STJ pela criação das novas hipóteses de cabimento da reclamação constitucional no CPC/15	169
3.2.3. Papel da reclamação na aplicação de precedentes	182
3.3. A ação rescisória por violação a “padrão decisório”	188
3.4. Um comparativo entre a reclamação e a ação rescisória enquanto instrumentos para garantir aplicação a precedente	200
3.5. O recurso especial por violação às regras do sistema de precedentes ...	203
3.5.1. Violação aos incisos V e VI do §1º do art. 489 c/c art. 927 do CPC/15.....	203
3.5.1.1 Contrariedade à vinculatividade das razões do precedente	206
3.5.1.2. Precedente que deva ser superado.....	209
3.5.1.3. Má aplicação por falsa inclusão no campo de influência do precedente	210

3.5.1.4. Má aplicação por falsa exclusão do campo de influência do precedente.....	211
3.5.2. Adequação limitada do recurso especial	211
3.5.2.1. O Superior Tribunal de Justiça e precedentes vinculantes de outros tribunais	213
3.5.2.2. Restrição à cognição de distinções pelo STJ diante do regime jurídico aplicável ao juízo de admissibilidade do recurso especial	218
3.6. Restrições à análise de distinções e o cabimento da reclamação por usurpação de competência ao STF e STJ para julgarem recursos extraordinários e especiais	221
Conclusão.....	227
Referências	233